

PODER

Auxílio de transição divide o ministério

Governo estuda estender a concessão de benefício pago durante a crise sanitária por mais dois meses. A ideia, porém, tem causado desconforto dentro da equipe de Paulo Guedes

» ISRAEL MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE
» VERA BATISTA

Devido às dificuldades em obter uma fonte de financiamento para o Auxílio Brasil, que pretende implementar em substituição ao Bolsa Família, o governo estuda conceder um auxílio emergencial de transição, que seria pago àqueles não contemplados pelo novo programa social e beneficiaria aproximadamente 20 milhões de famílias. A ideia é bancar parcelas de R\$ 150 e R\$ 250, em novembro e dezembro, por meio de um crédito extraordinário.

Mas esta possibilidade vem trazendo desconforto para parte do time do Ministério da Economia. Isso porque, a apenas 18 dias do fim do auxílio emergencial concedido durante a pandemia de covid-19, o clima na equipe econômica é de tensão e enfrentamento para impedir a prorrogação do benefício — como defendem auxiliares do presidente Jair Bolsonaro e lideranças do Congresso —, enquanto o governo não tira do papel o Auxílio Brasil.

Os principais assessores do ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisaram em reuniões internas e com representantes do mercado financeiro que não assinam a prorrogação do auxílio emergencial por meio de novo crédito extraordinário. Isso possibilitaria que as despesas ficassem fora do teto de gastos — regra prevista na Constituição que fixa um limite anual de despesas com base na variação da inflação.

Diante desse conflito interno, fontes da pasta confirmam que Guedes negocia a tramitação da PEC dos Precatórios, ainda a única fonte de custeio encontrada para bancar o Auxílio Brasil. A proposta de emenda constitucional deve ser analisada no Plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana com alterações — como a retirada do parcelamento de precatórios por 10 anos e a criação de um teto anual para pagamento dessas despesas.

Sede de produtores de soja é vandalizada

Cerca de 200 pessoas ligadas à organização Via Campesina invadiram, ontem, a sede da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja), no Lago Sul, em Brasília. Durante o ato, os invasores picharam a fachada da entidade, lançaram tintas sobre todo o prédio e estenderam faixas com palavras de ordem.

Segundo a Via Campesina, o ato faz parte da "Jornada Nacional da Soberania Alimentar: Contra o Agronegócio para o Brasil não passar fome" e denuncia "o protagonismo que o agronegócio cumpre no crescimento da fome, da miséria e no aumento do preço dos alimentos no Brasil". Os invasores afirmaram, ainda, que se trata de uma reação ao gesto do presidente Jair Bolsonaro, que vetou o Projeto de Lei 823/2021 (PL Assis Carvalho), proposta que, alegam, seria uma iniciativa organizada pelos movimentos populares do campo para garantir a soberania alimentar no país por meio de subsídios e investimentos na agricultura familiar. "Isso demonstra que o Governo Federal é culpado pela miséria e pela fome dos brasileiros e brasileiras", afirmam.

A Via Campesina, que se apresenta como "um movimento internacional que coordena organi-

Isac Nobrega/PR



Guedes voltou a falar sobre fundo de ações para injetar parte no programa substituto do Bolsa Família

Deficit primário inferior a gasto com a pandemia

De acordo com o Ministério da Economia, o déficit primário acumulado no período de janeiro a agosto deste ano, de R\$ 83,3 bilhões, é inferior aos R\$ 97,3 bilhões pagos até meados de setembro em ações contra a covid-19. Pelos cálculos da pasta, se não fosse a pandemia, seria possível que o Brasil estivesse perto de zerar o déficit ou, até mesmo, com um pequeno superávit. E isso graças ao teto, que impede que a melhora da arrecadação se reverta automaticamente em aumento do gasto, como ocorria antes.

"A PEC dos precatórios abrirá espaço para que o novo programa social fique dentro do teto de gastos. A preservação do teto é importante e tem mostrado efeitos

concretos sobre as contas públicas. Graças ao teto, por exemplo, a projeção para o déficit primário em relação ao PIB ao fim de 2021 já foi revisada para baixo quatro vezes seguidas, e agora é de 1,6%. Para 2022, o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) projeta déficit próximo de 0,5% do PIB, além de uma relação entre despesas primárias e PIB menor que a do primeiro ano de governo", explicou o Ministério da Economia, por meio de nota, ao **Correio**.

Em outra vertente, o projeto da reforma do Imposto de Renda, que está no Senado, é tratado como a segunda fonte de financiamento do Auxílio Brasil. Só o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), já disse que não entregará seu parecer este mês. Ele defende que a análise da proposta seja feita com calma para, depois, ser votada.

Fundo de ações

Guedes, aliás, voltou a defender a criação de um fundo com ações de empresas estatais, entre

elas a Petrobras, para injetar recursos no Auxílio Brasil. O Fundo de Redução da Pobreza, que ainda está sendo alinhavado pela equipe econômica, tem a intenção de repartir o dinheiro com os beneficiários, em caso de venda de estatais ou de distribuição de dividendos (lucro aos acionistas) de companhias superavitárias.

"O desespero eleitoral leva ao desatino fiscal. Já vimos este filme. O atual governo quer uma nova versão do Bolsa Família, o Auxílio Brasil, por razões sociais, mas, sobretudo, políticas", resumiu o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. Ele lembrou, porém, que essa proposta vincula recursos e pode contrariar o Art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — que diz que é "vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos".

Matheus W Alves/Futura Press



Ato foi porque, segundo manifestantes, agronegócio provocou a fome

do país, apresentando a maior geração de novas vagas de trabalho dos últimos 10 anos". "A divisão do Brasil não ajuda no desenvolvimento de soluções e políticas que precisamos urgentemente construir, com vistas a um futuro melhor, com diálogo e segurança. Somos todos brasileiros. Queremos um só Brasil: com emprego e renda, sem fome!", disse.

Para o deputado Neri Geller (PP-MT), "essa questão do radicalismo é péssima para o país. A tolerância sempre precisa prevalecer. Vandalismo não pode existir. Precisamos do Brasil com diálogo, com respeito às instituições, à democracia e não de violência. A gente repele com muito rigor esses vândalos". Já a deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS) disse que foi "um protesto legítimo e necessá-

rio dos movimentos sociais, encabeçado pela Via Campesina, como parte da jornada contra a fome. O Brasil, que é o terceiro maior produtor de grão do mundo e que tem 20 milhões de pessoas passando fome em função da política econômica", lamentou.

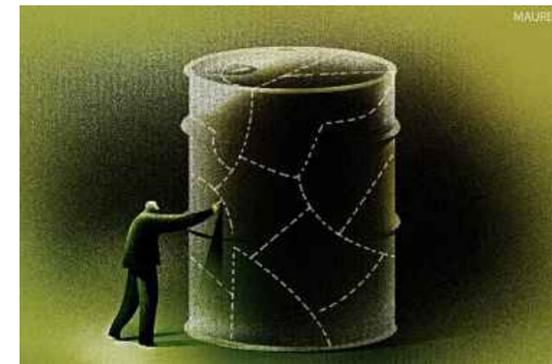
A Aprosoja se viu envolvida nos atos a favor do governo do presidente Jair Bolsonaro, no 7 de Setembro. O presidente da associação, Antônio Galvan, foi alvo de um mandado de busca e apreensão expedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, acusado de financiar manifestações contra a corte no Dia da Independência. O dirigente foi proibido de se aproximar da Praça dos Três Poderes, em Brasília. (Colaborou Cristiane Noberto)



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



A culpa é da Petrobras

Entrevistado por uma rádio evangélica do Recife, ontem, o presidente Jair Bolsonaro deu a sua maior e mais polêmica cartada para a reeleição até agora: a proposta de privatização da Petrobras. Dogma imexível da política brasileira, o tema teve um papel decisivo na derrota do candidato tucano Geraldo Alckmin à Presidência em 2006, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja reeleição estava em risco por causa do escândalo do mensalão. Governador de São Paulo e pré-candidato, Alckmin (PSDB), em entrevista ao *Canal Livre*, da Band, dissera ser favorável às privatizações de estatais brasileiras, desde que o processo fosse amplamente fiscalizado e embasado por um marco regulatório robusto.

"Inúmeras áreas da Petrobras que não são o core (núcleo do negócio), o centro, objetivo principal, tudo isso pode ser privatizado. E se tivermos um bom marco regulatório, você pode até no futuro privatizar tudo, sem nenhum problema", disse à época. Alckmin passou o resto da campanha tentando se desdizer, porque o marqueteiro de Lula, João Santana, transformou a questão num divisor de águas da eleição. Não havia o escândalo do "Petrolão", que viria à tona com a Operação Lava-Jato, e, grande ironia, resultaria nas prisões de João Santana e de Lula.

A Petrobras é o maior símbolo do nosso modelo nacional desenvolvimentista. Sua criação resultou de uma campanha popular que representou o auge do nacionalismo na história republicana e contou com a forte apoio dos militares. Um dos presidentes da empresa durante o regime militar, o general Ernesto Geisel, viria a suceder o general Emílio Médici na Presidência da República. As origens da Petrobras remontam à segunda metade da década de 1940. No Congresso formado em 1945, conservador, a maioria procurava apagar os traços autoritários do Estado Novo e revogar a legislação nacionalista do período. No início de 1947, Eurico Dutra designou uma comissão para rever as leis existentes à luz da nova Constituição e definir as diretrizes para a exploração do petróleo.

O anteprojeto do chamado Estatuto do Petróleo desagradou dos nacionalistas, que defendiam o monopólio estatal integral, aos grandes trustes. A reação nacionalista começou no Clube Militar e ganhou corpo com a criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que lançou a Campanha do Petróleo, com slogan "O petróleo é nosso", em 1948, obtendo forte apoio de trabalhistas e comunistas. Dutra desistiu do Estatuto e optou pela construção das refinarias estatais de Mataripe (BA) e de Cubatão (SP), a construção do oleoduto Santos-São Paulo e a aquisição de uma frota nacional de petroleiros.

Eleito em 1950, Getúlio Vargas voltou ao poder no ano seguinte. Em dezembro, mandou ao Congresso o projeto de criação da "Petróleo Brasileiro S.A.", a Petrobras, empresa de economia mista com controle majoritário da União. Curiosamente, não estabelecia o monopólio estatal.

Entretanto, outro projeto, apresentado pelo deputado Eusébio Rocha, estabelecia o rígido monopólio estatal, vedando a participação estrangeira. Duas concessões foram feitas: as autorizações de funcionamento das refinarias privadas já existentes e a participação de empresas particulares, inclusive estrangeiras, na distribuição dos derivados de petróleo. Em 3 de outubro de 1953, depois de intensa mobilização popular, Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Velho projeto

O tom com que Bolsonaro ameaçou privatizar a Petrobras foi de desabafo, mas esse é um velho projeto do ministro da Economia, Paulo Guedes, que pode ganhar apoio popular na atual conjuntura da economia: a alta de preços de combustíveis alavanca a inflação e a Petrobras não tem recursos para investir na exploração do pré-sal, ficando de fora dos leilões de poços de petróleo, além de não conseguir produzir diesel e gasolina suficientes para abastecer o mercado brasileiro.

"É muito fácil: aumentou a gasolina, culpa do Bolsonaro. Já tenho vontade de privatizar a Petrobras. Tenho vontade. Vou ver com a equipe econômica o que a gente pode fazer. O que acontece? Não posso controlar, melhor direcionar o preço, mas, quando aumenta, a culpa é minha apesar de ter zerao imposto federal", disse o presidente da República. A repercussão das declarações no mercado foram imediatas: no Ibovespa, principal índice da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), as ações da Petrobras chegaram a ter alta de 1,82% (ordinárias) e 1,99% (preferenciais).